

Apoios Financeiros

17. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **Freguesia de Adaúfe**, no valor de 21.915,50€ (vinte e um mil novecentos e quinze euros e cinquenta cêntimos), para apoio na melhoria das condições de acesso e estacionamento da Praia Fluvial de Adaúfe.
- b) **Junta de Freguesia de Sequeira**, no valor de 3 555,58€, para apoiar a “Requalificação do espaço ajardinado na envolvência do Fontanário dos Caleiros”.

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

Nº Informação: 60340

Data: 18/06/2024

Processo: 2024/300.40.503/1080

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Assunto: MELHORIA DE CONDIÇÕES - PRAIA FLUVIAL DE ADAÚFE

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Freguesia de **ADAÚFE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para apoio na melhoria das condições de acesso e estacionamento da Praia Fluvial de Adaúfe, apresentando os respetivos custos dessa operação.

Considerando as características da praia fluvial de Adaúfe como espaço de utilização pública no concelho e, que tem vindo a aumentar o número de veraneantes em época balnear e de desportistas em outras épocas do ano.

Considerando o contribuindo para a promoção do turismo natural e fluvial do concelho e, pela reconhecida qualidade da água e da vasta área verde num local privilegiado do Rio Cavado, deverão ser comparticipados pelo Município os investimentos efetuados.

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Freguesia de ADAÚFE no valor de 21 915,50€ (vinte e um mil novecentos e quinze euros e cinquenta cêntimos).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Freguesia de **ADAÚFE**.

Braga, 18 de junho de 2024

O vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga,

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO AJARDINADO NA ENVOLVÊNCIA DO FONTANÁRIO DOS CALEIROS - SEQUEIRA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **SEQUEIRA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação do espaço ajardinado na envolvência do Fontanário dos Caleiros** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que DCTAF/DJEV, procederam à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 555,58€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de SEQUEIRA no valor de 3 555,58€(três mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 3 555,58€ (três mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **SEQUEIRA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **SEQUEIRA**.

Braga, 17 de junho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)